

PREGÃO ELETRÔNICO nº 20/11



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

Processo TRT6 nº 039/2011

SETOR	SETOR DE LICITAÇÕES/SLC
BASE LEGAL	Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Lei Complementar nº 123/06 Decreto 5.450/05.
TIPO	MENOR PREÇO POR LOTE
OBJETO	SERVIÇO DE TELEFONIA FIXO COMUTADO – STFC
ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 10 horas do dia 4 de julho de 2011.	
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF	
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª. Região – Cais do Apolo, 739 - 3º andar (Setor de Licitações) - Bairro do Recife - Recife/PE - CEP: 50030-902 Fones/Fax: (81) 2129-2027 / 2129-2028 ou 3224-1564 E-mail: cpl@trt6.jus.br Edital em: www.trt6.jus.br (links: Administrativo – Licitações Públicas – Licitações em Andamento) e www.comprasnet.gov.br	



Acompanhe esta licitação e seus atos na internet pelo portal
www.comprasnet.gov.br

Observação: Os pedidos de esclarecimento e as impugnações referentes a este procedimento deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico via internet, para o endereço cpl@trt6.jus.br, conforme o art. 19 do Decreto 5.450/05.

Retire o edital gratuitamente pelos portais
www.trt6.jus.br e www.comprasnet.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SETOR DE LICITAÇÕES/SLC

Cais do Apolo nº 739 – 3º andar - Recife – PE – CEP: 50030-902
Fones: (81) 2129-2027 / 2028 – Fax: (81) 3224-1564

PREGÃO ELETRÔNICO TRT6 nº 20/11

Processo nº 039/2011

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO, situado no endereço em epígrafe, mediante Pregoeiro designado por meio da Portaria nº TRT – GP nº 024/2011, de 19/04/2011, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará **PREGÃO**, por meio de sistema eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO**, em regime de execução indireta (empreitada por preço unitário), regido pelas Leis nºs. 10.520/2002 e 8.666/1993, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto nº 5.450/2005, demais normas vigentes, e, ainda, consoante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio dos membros da equipe de apoio, previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

A sessão de abertura de propostas ocorrerá no **dia 04/07/2011, às 10 horas**.

Todas as referências de tempo constantes no edital e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data fixada acima, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro, fixando outra data.

O CNPJ do TRT da 6ª Região é 02.566.224/0001-90 e o CÓDIGO da UASG: 080006.

1.0 - DO OBJETO

1.1 – A presente licitação tem por objeto a contratação de SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADO - STFC, Código **CATSER 21873**, conforme especificações constantes do Anexo I (tremo de Referência).

1.2 – Os representantes das empresas licitantes poderão vistoriar o local dos serviços e conferir os dados constantes do Termo de Referência e seus anexos.

1.3 - Integram este edital os seguintes anexos:

- | | |
|-----------------------|----------------------------------|
| 1.3.1 Anexo I | Termo de Referência. |
| 1.3.2 Anexo II | Minuta do Instrumento Contratual |

2.0 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais - SISG, localizada nas Unidades da Federação.

2.2 - Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.3 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua inteira responsabilidade bem assim quaisquer transações efetuadas diretamente ou por seu representante, e não caberá ao provedor do sistema ou ao TRT6 a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.4 - A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

2.5 - O credenciamento perante o provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.6 - Poderão participar deste Pregão quaisquer licitantes que:

2.6.1 - atendam a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos e estejam previamente credenciados perante a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, provedor do sistema eletrônico, cuja comunicação se dá pela Internet.

2.6.2 - exerçam atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

2.6.3 - atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste edital.

2.6.4 - comprovem possuir os documentos de habilitação exigidos neste Edital.

2.7 - Não poderão participar neste Pregão empresas:

2.7.1 - Suspensas de participar de licitação realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região;

2.7.2 - Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.7.3 - Estrangeiras que não funcionem no país;

2.7.4 - Que tenham funcionário ou membro da Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, mesmo subcontratado, como dirigente, acionista detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, controlador ou responsável técnico;

2.7.5 - Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, liquidação ou em recuperação judicial.

2.7.6 - Que possuam em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou com menos de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (Inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal);

3.0 – DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

3.1 - O certame será conduzido pelo pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

3.1.1 – coordenar o processo licitatório;

3.1.2 – receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

3.1.3 – conduzir a sessão pública na internet;

3.1.4 – verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

3.1.5 – dirigir a etapa de lances;

3.1.6 – verificar e julgar as condições de habilitação;

3.1.7 – receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

3.1.8 – indicar o vencedor do certame;

3.1.9 – adjudicar o objeto quando não houver recurso;

3.1.10 – conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

3.1.11 – encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

4.0 – DO CREDENCIAMENTO PERANTE A SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

4.1 - O credenciamento do licitante bem assim a sua manutenção dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no § 2º do art. 3º do Decreto nº 5.450/05.

4.1.1 - Caberá ao licitante interessado em participar deste pregão eletrônico credenciar-se no SICAF, conforme disposto no inciso I do art. 13 do Decreto 5.450/05.

4.2 – A empresa licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico e assumirá como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.3 – Caberá ao prestador de serviço toda diligência necessária no momento do cadastramento de sua proposta, sobretudo no tocante a antecedência necessária em relação à data prevista para abertura das propostas.

4.3.1 – Caberá ainda ao licitante, em caso de intercorrências no sistema, direcionar sua ocorrência, em tempo hábil, conforme instruções contidas no portal www.comprasnet.gov.br.

4.3.2 – Não serão consideradas quaisquer reclamações posteriores, inclusive, pedido de desistência de propostas, decorrentes da não observância do disposto nos subitens acima.

5.0 - DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS DE PREÇOS

5.1 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital e seus anexos.

5.2 - As propostas deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, respeitados os prazos nele estipulados e consignar no campo apropriado do sistema o valor anual de cada lote (custo anual, conforme anexo I – Termo de Referência), expressos em reais, incluídos todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.

5.2.1 – A proposta apresentada deverá ter um prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data marcada para abertura do certame.

5.2.1.1 – A omissão do prazo previsto no subitem acima não implicará a desclassificação da proposta, mas a aceitação tácita deste.

5.3 – No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” solicita-se sejam incluídas todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto.

5.4 – A omissão do previsto nos subitens 5.2 implicará a desclassificação da proposta, sempre que os dados informados não permitirem a aferição da compatibilidade da proposta com o objeto licitado.

5.5 - Serão desclassificadas, ainda, as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação.

5.6 - Os licitantes, no ato de envio de suas propostas, devem encaminhar, de forma virtual, utilizando a funcionalidade existente no sistema de pregão eletrônico, as seguintes declarações:

5.6.1 - Inexistência de fato superveniente que o impeça de participar do certame;

5.6.2 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

5.6.3 - Concordância com as condições estabelecidas neste edital e que atende aos requisitos de habilitação;

5.6.4 - Atendimento aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº123/2006, no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte.

5.7 - As referidas declarações somente poderão ser visualizadas e impressas a partir da fase de aceitação e habilitação, respectivamente, quando também poderão ser alteradas ou reenviadas pelos licitantes, por solicitação do Pregoeiro.

6.0 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO, ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS E FASE DE LANCES

6.1 - A sessão pública deste pregão eletrônico, conduzida pelo Pregoeiro designado, ocorrerá em data e hora indicadas, exclusivamente no sistema eletrônico e obedecerá ao rito estabelecido nos Decretos 5.450/05 e 6.204/07.

6.2 - Os licitantes deverão acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.3 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas cujos dados disponíveis revelem estar em desconformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

6.3.1 – Até a conclusão da sessão de lances, é vedada a identificação das empresas participantes.

6.3.1.1 - Qualquer elemento, tais como: número de telefone/fax, endereço de e-mail, número do CNPJ etc., que possa identificar o licitante importará a desclassificação da proposta.

6.3.2 - A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento, em tempo real, por todos os participantes.

6.3.3 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta, durante a realização da Sessão Pública.

6.4 - O sistema ordenará automaticamente somente as propostas classificadas pelo Pregoeiro, as quais participarão da fase de lances.

6.5 - O Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema, e caso haja dois ou mais lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.7 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

6.8 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

6.9 - O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, no fim do qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.10 - A empresa que ofertar o menor valor do item será classificada em primeiro lugar, pelo critério de julgamento pelo menor preço por item.

6.11 - No caso de desconexão do pregoeiro durante a etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.12 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.13 - Após a fase de lances, o procedimento de "empate" será detectado automaticamente pelo sistema. Se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

6.13.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação pelo sistema eletrônico, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão.

6.13.2 - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.13.3 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e pelas empresas de pequeno porte que se encontrem no limite estabelecido no subitem 6.13 será realizado, pelo sistema, sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.13.4 - O licitante enquadrado nos termos do subitem 6.13 deverá remeter a declaração constante no subitem 5.6.4 do edital. O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento do licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.13.4.1 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.14 - Finda a etapa de lances, será imediatamente informada a proposta de menor preço.

7.0 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 - Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro, utilizando a funcionalidade de "convocação de anexos" existente no sistema de pregão eletrônico, notificará o licitante melhor classificado a enviar a proposta no prazo de 60 (sessenta) minutos, a qual deverá ser elaborada conforme anexo I deste edital.

7.2 - O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de menor preço por lote, decidindo motivadamente a respeito da aceitabilidade da proposta, sendo desclassificadas aquelas em desacordo com o edital, observados, ainda, os seguintes requisitos:

7.2.1 – Conformidade com as especificações do objeto.

7.2.2 - Compatibilidade do preço ofertado em relação ao estimado, estabelecendo-se como limite o valor constante do termo de referência (Anexo I do edital).

7.3 - Serão desclassificadas as propostas e lances que ofereçam preços excessivos ou inexequíveis.

7.3.1 - Somente poderá ser considerado excessivo qualquer preço após o encerramento da etapa de lances e, quando formulada contraproposta pelo Pregoeiro, após sua recusa ou no caso de omissão por parte do respectivo proponente.

7.3.1.1 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incube ao autor da proposta, no prazo de cinco dias úteis contados da notificação.

7.3.2 - Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.4 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas outras diligências.

7.5 - O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso pelo sistema eletrônico, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, inadmissível negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

7.5.1 - A negociação será realizada exclusivamente pelo canal de comunicação (*chat*) existente no sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.6 - Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.

7.7 - Se a proposta não for aceita, em descumprimento dos requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, o proponente será afastado do certame e o pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a obtenção de uma que atenda ao edital.

7.8 - Será desconsiderada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital e em seus anexos.

7.9 - No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, nem sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

8.0 – DA HABILITAÇÃO

8.1 - Verificada as condições de aceitabilidade da proposta de preços, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante conforme disposições deste edital.

8.2 - No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos, nem sua validade jurídica, mediante despacho

fundamentado registrado em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

8.3 – Para se habilitar ao certame, a empresa deverá apresentar documentos relativos à habilitação Jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômica e financeira, qualificação técnica e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme abaixo:

8.4 - Relativos à Habilitação Jurídica

8.4.1 - Documento de constituição jurídica da empresa: Registro Comercial, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, (consolidado e/ou acompanhado de todas as alterações posteriores), em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.

8.4.2 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova da diretoria em exercício, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em cartório de Registro de Títulos e Documentos.

8.5 - Relativos à Regularidade Fiscal

8.5.1 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND).

8.5.2 - Prova de regularidade relativa ao FGTS (CRF).

8.5.3 - Prova de regularidade relativa à Fazenda Federal:

8.5.3.1 - Relativa aos Tributos Federais.

8.5.3.2 - Relativa à Dívida Ativa.

8.5.4 - Prova de regularidade relativa à Fazenda Estadual.

8.5.5 - Prova de regularidade relativa à Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa licitante.

8.5.6 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de certidão negativa.

8.6 - Relativos à Qualificação Econômico-Financeira

8.6.1 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.6.1.1 - Os documentos devem estar registrados na Junta Comercial ou, em se tratando de sociedades civis, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em cartório de Registro de Títulos e Documentos.

8.6.1.2 - As empresas criadas no exercício em curso devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

8.6.1.3 - A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \left(\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}} \right) \\ \text{LC} &= \left(\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \right) \\ \text{SG} &= \left(\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}} \right) \end{aligned}$$

8.6.1.4 - Comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (exigida somente no caso do licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente ou Solvência Geral).

8.6.2 - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede (matriz) da empresa licitante nos últimos 90 (noventa) dias, contados da data designada no preâmbulo deste edital, ressalvada a hipótese em que conste a data de validade nesta certidão.

8.7 – Do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

8.7.1 - Declaração da empresa licitante de que não emprega mão-de-obra infantil, deverá ser encaminhada, de forma virtual, no sistema de pregão eletrônico (comprasnet).

8.8 – Demais disposições relativas à habilitação

8.8.1 – A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios.

8.8.2 – Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e REGULARIDADE FISCAL, desde que estejam em situação regular no Sistema de cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

8.8.3 – Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, e quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser encaminhados de forma virtual, utilizando a funcionalidade de convocação de anexos existente no sistema de pregão eletrônico, no prazo previsto na convocação pelo Pregoeiro, e apresentados no original ou por cópia autenticada em dois dias úteis após o encerramento da sessão pública.

8.8.3.1 - Comprovada a impossibilidade de envio por meio da referida ferramenta, a critério do Pregoeiro, poderá ser utilizada outra forma de envio.

8.8.3.2 - Será considerada habilitada a empresa que esteja com documentação vencida junto ao SICAF, mas que apresentar ao Pregoeiro, no prazo fixado por este, a referida documentação atualizada.

8.8.4 - Deve ser enviado juntamente com os documentos de habilitação comprovação que a pessoa física que assina as declarações e documentos exigidos neste edital, está legalmente habilitada para representar a empresa licitante.

8.8.5 - Todos os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados:

8.8.5.1 - de forma legível e dentro do prazo de validade nele expresso (quando houver);

8.8.5.2 - se fotocópia, autenticada ou acompanhada do documento original; exceto para os documentos cuja autenticidade possa ser conferida por meio eletrônico.

8.8.6 - Se houver problema operacional que impossibilite a verificação por meio eletrônico a autenticidade de algum documento, o Pregoeiro diligenciará ulteriormente.

8.8.7 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

8.8.8 - Se o licitante for a filial, todos os documentos os documentos em nome da filial (exceto a certidão exigida no subitem 8.6.2 deste edital).

8.8.8.1 - Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.8.9 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" em substituição aos documentos requeridos no presente edital.

8.8.10 - A empresa enquadrada como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, deverá encaminhar a declaração, de forma virtual, no sistema de pregão eletrônico (*Comprasnet*).

8.8.11 - A falta de quaisquer dos documentos exigidos no edital, implicará inabilitação do licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, ressalvado o disposto no subitem 8.5.6 deste edital.

9.0 – DA HOMOLOGAÇÃO

9.1 - Não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro fazer a adjudicação ao licitante vencedor, enviando para homologação.

9.2 - O sistema eletrônico produzirá automaticamente ata circunstanciada da sessão pública imediatamente após seu encerramento, a qual ficará acessível no Portal de Compras do Governo Federal (*Comprasnet*) e nela serão registradas as ocorrências relevantes.

9.3 - Havendo recurso e reconhecida a regularidade dos atos praticados, a Presidência deste Tribunal adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

10.0 - DA CONTRATAÇÃO

10.1 - Será contratada a empresa classificada cuja proposta tenha sido homologada pela Administração.

10.2 - O instrumento contratual, cuja minuta é parte integrante deste edital (anexo II), será lavrado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, devendo a empresa licitante vencedora comparecer no prazo de até 05 (cinco) dias, após convocada, para assinar o respectivo contrato.

10.3 - Se o licitante vencedor deixar de assinar o contrato no prazo fixado, é facultado à Administração convocar as empresas licitantes remanescentes, por ordem de classificação, para fazê-lo, sendo examinada a aceitabilidade de suas propostas quanto ao objeto e valor, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido um preço menor. Em seguida, será analisada a documentação de habilitação daquela empresa que atender ao objeto e melhor preço ofertado.

10.4 - Será gestor do contrato o Diretor da Secretaria de Segurança, Transporte e Telefonia e, nas suas ausências legais e regulamentares, o seu substituto legal, cabendo-lhe as atribuições e responsabilidades do art. 67 da Lei nº. 8.666/93, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis.

10.5 - É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto desta licitação.

10.6 - A empresa contratada deverá repassar à contratante, durante o prazo de vigência do contrato, todos os preços e vantagens ofertados ao mercado consumidor em geral, inclusive aqueles decorrentes de horários reduzidos, sempre que tais forem mais vantajosos que aqueles resultantes da presente licitação.

11.0 - DO PAGAMENTO

11.1 - O pagamento será efetuado nos termos que constam na minuta de contrato (Anexo II).

11.2 - Caso o contratante ultrapasse o prazo estipulado para pagamento, e desde que tenha dado causa ao atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida por este Tribunal, entre o prazo acima referido e a data correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP,$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.3 - A compensação financeira prevista neste subitem será incluída na fatura/nota fiscal seguinte ao da ocorrência.

12.0 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – A despesa correspondente ao objeto licitado tem por classificação: Elementos de Despesa: 3390.39.58 (Serviços de telecomunicações), do Programa de Trabalho 02.061.0571.4256.0001 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho) do orçamento deste TRT da 6ª Região.

13.0 – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

13.1. Qualquer pessoa até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública poderá solicitar esclarecimentos referentes ao processo licitatório.

13.2. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico (via internet), por meio do correio eletrônico (e-mail): cpl@trt6.jus.br.

13.3 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico (e-mail) cpl@trt6.jus.br.

13.4 – Após a declaração do vencedor, no momento imediatamente seguinte à sessão de lances, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos durante o qual qualquer licitante inconformado com a decisão do pregoeiro deverá registrar, de imediato, em campo próprio do sistema, os motivos de sua intenção de recorrer, sob pena de decadência, sendo-lhe, então, concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do recurso. Os interessados ficam, desde logo, intimados para apresentarem contra-razões em igual prazo, contados do término do prazo do recorrente.

13.4.1 – Na impossibilidade de conclusão do certame nos termos do subitem anterior, o Pregoeiro concederá posteriormente, quando da declaração de vencedor, prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) horas, para o registro em campo próprio do sistema dos motivos da intenção de recurso, procedendo-se a partir de então conforme disposição do subitem 18.4 deste edital.

13.5 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

13.6 - As razões e contrarrazões de recurso, bem como impugnação do edital, deverão ser dirigidas ao Pregoeiro no endereço da sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, localizado no Cais do Apolo nº 739, 3º andar, Bairro do Recife, Recife/PE, em dias úteis, no horário das 8 às 17 horas, o qual deverá recebê-las, examinar, decidir e, conforme o caso, submeter à autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

13.7 – O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

13.8 - O Acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.9 – Caso não haja reconsideração da decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade competente que proferirá decisão definitiva, antes da homologação do procedimento.

13.10 – Os autos permanecerão com vistas franqueadas aos interessados no Serviço de Licitações e contratos do TRT 6ª Região, no endereço contido no subitem 15.12 deste edital.

14.0 - DAS PENALIDADES

14.1 - A empresa que não mantiver a proposta ou não entregar o objeto cotado (desde que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta), que apresentar documentação falsa, que atrasar a entrega, que falhar ou fraudar a execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou que cometer fraude fiscal sujeitar-se-á às penalidades previstas no art. 28 do Decreto nº 5.450, neste edital e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93.

14.2 - A multa por inexecução total do contrato será de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado.

14.3 - Em se tratando de inexecução parcial do contrato, observar-se á:

14.3.1 - Quando do não adimplemento do restante da obrigação, a multa aplicada será de 10% (dez por cento), de forma proporcional à parte inexecutada;

14.3.2 - Quando se tratar de atraso na execução do contrato, na entrega de documentos solicitados pelo CONTRATANTE ou qualquer outro descumprimento de cláusula contratual, a multa aplicada será de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia sobre o valor total do contrato até o cumprimento da obrigação principal, a entrega da documentação exigida ou o restabelecimento das condições contratuais, respeitado o limite de 5% (cinco por cento) desse valor e aplicando-se também o disposto no subitem 14.3.1, caso o inadimplemento contratual persista em relação ao mesmo fato.

14.4 – O valor da multa deverá ser recolhido diretamente à União e apresentado comprovante ao Setor Financeiro da Secretaria de Orçamento e Finanças deste Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação; ou pode ser abatido do pagamento a que a empresa Contratada fizer jus ou será cobrada judicialmente, nos termos do § 1º do art. 87 da Lei 8.666/93.

14.5 - A aplicação da multa a que se referem os itens 14.2 e 14.3 deste edital não exclui a possibilidade de a Administração rescindir o contrato ou aplicar a suspensão do direito de licitar com este TRT da 6ª Região e ainda ficar impedido de licitar com a União com o descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das demais cominações previstas no Decreto nº 5.450/05 e, subsidiariamente, na Lei 8.666/93.

14.6 – Para efeito da estimativa do valor base para cálculo de multa contratual, será considerado o valor previsto no subitem 14.2.

14.7 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para o adjudicatário.

15.0 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração do TRT da 6ª Região, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de

interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

15.2 - Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o TRT da 6ª Região não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.3 - O Pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, poderá promover diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, e os licitantes deverão atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da notificação.

15.4 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a anulação da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.5 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes neste Regional.

15.6 - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação no certame.

15.7 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

15.8 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

15.9 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial da União – Seção 3.

15.10 - A participação do proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste edital.

15.11 - O CONTRATANTE, quando cabível, publicará o extrato da homologação da licitação, no Diário Oficial da União – Seção 3.

15.12 - O edital encontra-se disponível nos sites www.trt6.gov.br, www.comprasnet.gov.br ou no TRT da 6ª Região, Setor de Licitações, situado no 3º andar do Edifício Anexo, Cais do Apolo 739, Bairro do Recife, no horário das 8 às 17 horas.

15.13 - Em caso de divergência entre os anexos e o Edital, prevalecerá a redação do instrumento convocatório.

15.14 - Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida, por conveniência exclusiva da Administração do TRT da 6ª Região.

15.15 - Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes da legislação citada neste edital.

15.16 - Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Recife, Seção Judiciária de Pernambuco, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital.

15.17 - No curso do contrato, é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.

15.18 - Esta licitação poderá ser acompanhada pelos portais **www.trt6.jus.br** e **www.comprasnet.gov.br**, onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.

Recife, 16 de Junho de 2011

CARLOS EDUARDO DE ALBUQUERQUE MELLO
Pregoeiro – Portaria TRT-GP nº 024/2011

ANEXO I DO EDITAL **TERMO DE REFERÊNCIA**

PROCESSO nº 39/2011
PREGÃO ELETRÔNICO nº 020/2011

1) OBJETO

1.1 - Contratação de Sociedade Empresária para prestação dos seguintes serviços de telefonia fixa comutada – STFC:

1.1.1 - Serviço Telefônico Fixo através do fornecimento de linhas diretas que possibilitem ligações de terminais fixos para terminais fixos e móveis, na modalidade local, conforme especificações deste Termo de Referência;

1.1.2 - Locação de serviço de PABX, com fornecimento de 02 (dois) Entroncamento Digital e de Central Telefônica DDR (CPCT instalada na sede do TRT) com capacidade mínima de tráfego para 60 ramais, conforme detalhamento técnico do anexo III e especificações constantes deste Termo de Referência.

2) DOS ANEXOS

2.1 - Anexo I – Perfil de tráfego estimado por ano e de instalações físicas;

2.2 - Anexo II – Endereço das Unidades do TRT;

2.3 - Anexo III – Descrição do PABX;

2.4 - Anexo IV – Modelo de Planilha de cotação de preços;

2.5 – Anexo V – Planilha de valores de referência.

3) ESTIMATIVA DE CUSTO

3.1 – Valor de referência – (verificar os valores detalhados constantes no anexo V deste Termo de Referência)

4) DAS DEFINIÇÕES

4.1 - Para fins da contratação dos Serviços, objeto deste Termo de Referência, serão utilizadas as seguintes definições:

4.1.1 - ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas;

4.1.2 - Acesso ou linha: nome genérico para identificar os dispositivos que a prestadora de STFC – modalidade local - oferece ao usuário para que este utilize os serviços oferecidos;

4.1.3 - ANATEL: Agência Nacional de Telecomunicações, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com função de órgão regulador das telecomunicações e sede no Distrito Federal;

4.1.4 - Área Local: área geográfica contínua de prestação de serviços, definida pela ANATEL, segundo critérios técnicos e econômicos, onde é preciso o STFC na modalidade local;

4.1.5 - Assinante: pessoa física ou jurídica que firma CONTRATO com a prestadora, para utilização do serviço;

4.1.6 - Assinatura: valor mensal devido pelo assinante por ter ao seu dispor o STFC nas condições previstas no Plano de Serviços ao qual está vinculado;

4.1.7 - Central Privada de Comutação Telefônica (CPCT): equipamento de comutação telefônica do assinante, da prestadora de serviços ou de terceiros;

4.1.8 - Código de acesso: conjunto de caracteres numéricos ou alfanuméricos estabelecidos em plano de numeração que permite a identificação de terminal de assinante ou de serviço a ele vinculado;

4.1.9 - Código de área: número de dois dígitos, identificador de uma área onde a comunicação entre terminais prescinde de utilização de prestadora de SLDN;

4.1.10 - Código de Seleção de Prestadora (CSP): conjunto de caracteres numéricos que permite ao usuário escolher a prestadora do STFC de longa distância nacional ou internacional;

4.1.11 - Contratada: pessoa jurídica signatária do contrato, com a contratante, decorrente deste certame licitatório;

4.1.12 - Contratante: Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região;

4.1.13 - Contrato: Instrumento que estabelece as obrigações recíprocas entre o Contratante e o Contratado;

4.1.14 - Item: cada uma das partes em que se dividem os lotes deste Termo de referência;

4.1.15 - Orçamento estimado: tabela de caráter informativo, contendo a estimativa orçamentária para execução do Contrato advindo deste Termo de referência;

4.1.16 - PABX: Central telefônica (CPCT);

4.1.17 - Perfil de tráfego: quantitativo médio estimado, em minutos ano, por tipo de ligações telefônicas e horário tarifário;

4.1.18 - Plano de serviço: documento em que a prestadora, perante a ANATEL, descreve as condições de prestação do serviço quanto às suas características, ao seu acesso, à manutenção do direito de uso, à utilização de serviços eventuais e suplementares a ele inerentes, às tarifas ou preços associados e às regras e critérios de sua aplicação;

4.1.19 - Prestadora: pessoa jurídica que, mediante concessão, permissão ou autorização, presta o STFC;

4.1.20 - Região: - divisão geográfica estabelecida pelo Plano Geral de Outorgas – PGO, conforme anexo V, aprovado pelo decreto nº 6.654 de 20 de novembro de 2008;

4.1.21 - RMR: Região Metropolitana do Recife;

4.1.22 - Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC): serviço disponibilizado pela prestadora, visando facilitar a comunicação com o usuário;

4.1.23 - Serviço de Telecomunicações: serviço que, por meio de transmissão de voz e outros sinais, destina-se a comunicação entre dois pontos determinados;

4.1.24 - Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC): serviço de telecomunicações destinado à comunicação entre terminais, em que a origem das conexões ocorre em terminais fixos;

4.1.25 - Serviço Telefônico Local: modalidade de STFC destinado à comunicação entre terminais situados em uma mesma área local ou em localidade distintas que possuam tratamento local, incluindo comunicações fixo-fixo e fixo-móvel;

4.1.26 - Serviço de Longa Distância (SLD): modalidade de STFC destinada à comunicação entre terminais situados em áreas locais distintas, podendo ser Nacional ou Internacional, incluindo comunicações fixo-fixo e fixo-móvel;

4.1.27 - Serviço de Longa Distância Nacional (SLDN): modalidade de STFC destinada à comunicação entre terminais situados em áreas locais distintas, no território nacional, e que não pertençam a localidades que possuam tratamento local, incluindo comunicações fixo-fixo e fixo-móvel;

4.1.28 - SLDN Intra-Regional: caracterizado pela comunicação entre terminais localizados em uma mesma região;

4.1.29 - SLDN Inter-Regional: caracterizado pela comunicação entre terminais localizados em regiões distintas;

4.1.30 - Serviço de Longa Distância Internacional (SLDI): modalidade de STFC destinada à comunicação entre um terminal situado em território nacional e outro terminal localizado no exterior, incluindo comunicações fixo-fixo e fixo-móvel;

4.1.31 - Usuário: - qualquer pessoa que se utiliza do Serviço Telefônico Fixo Comutado independentemente de assinatura ou inscrição junto à prestadora do serviço;

4.1.32 - VOIP: tecnologia que permite a transmissão de sinais de voz pela internet ou por rede privada;

5) DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E ESTIMATIVA DE CUSTOS

5.1 - O serviço objeto deste Projeto Básico divide-se dois (02) lotes:

5.2 - O lote um (1) compõe-se de:

Lote 1 – Unidades localizadas na sede do TRT	
Item 1	Habilitação de feixe 2 E1 com 30 canais cada
Item 2	Assinatura de feixe 2 E1 com 30 canais
Item 3	Assinatura de Numeração de 400 ramais DDR
Item 4	Locação de equipamentos de telefonia, tipo mesa telefônica, para uso por

	telefonistas, com display que visualize o número de chamadas recebidas, permita a comutação telefônica para linhas e ramais DDR, (acompanhado de aparelho de head set monoauricular compatível)
Item 5	Tráfego local fixo-fixo ¹
Item 6	Tráfego local fixo-fixo ²
Item 7	Tráfego local fixo-móvel.
VALOR TOTAL ANUAL DO LOTE 01:	
	R\$ 294.888,55

⁽¹⁾ Ligações originadas e destinadas entre as unidades localizadas na sede do TRT;

⁽²⁾ Ligações originadas nas unidades localizadas na sede do TRT e destinadas para fora das unidades localizadas na sede do Tribunal, porém, na área conurbada da RMR.

5.3 - O lote dois (2) compõe-se de:

Lote 2 – Unidades do TRT localizadas fora da sede do Tribunal (RMR e Interior do Estado)	
Item 1	Habilitação
Item 2	Assinatura
Item 3	Tráfego local fixo-fixo.
Item 4	Ligação local fixo-móvel.
VALOR TOTAL ANUAL DO LOTE 02:	
	R\$ 229.125,84

5.4 - Dos serviços:

5.4.1 - Os Serviços consistem em:

5.4.1.1 - Locação de PABX, habilitação e assinatura de troncos (2- E1) com 30 canais cada e numeração de 400 ramais DDR, fornecimento de serviço de telefonia fixa local, modalidade fixo-fixo e fixo-móvel para o lote 1;

5.4.1.2 - Assinatura e habilitação de linhas telefônicas e fornecimento de serviço de telefonia fixa local, modalidade fixo-fixo e fixo-móvel para o lote 2;

5.4.1.3 - Todos os serviços serão prestados de forma contínua, diariamente e sem interrupções.

5.5 - Dos Serviço de PABX (CPCT) e mesa para telefonista:

5.5.1 - O serviço de PABX será fornecido em conformidade com as especificações mínimas elencadas no anexo III;

5.5.2 - A mesa para telefonista deverá possibilitar a comutação telefônica entre linhas e ramais, bem como possuir display que possibilite visualização da linha ou ramal que originar a ligação;

5.5.3 - Para fins desta licitação, faz parte integrante da mesa telefônica, o aparelho de headset monoauricular e compatível, estando incluso nos itens a serem mantidos pela contratada.

6) CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 - O critério de julgamento das propostas será o de menor valor por lote

6.2 - São requisitos para participação do Certame Licitatório:

6.2.1 - Para fins de participação na licitação referente ao objeto deste Termo de Referência, tendo em vista a sua complexidade, será admitida formação de consórcio, desde que:

6.2.2 - As sociedades empresárias partícipes comprovem, através de compromisso público ou particular, a constituição do consórcio, subscrito por todos consorciados;

6.2.3 - Haja a indicação, durante o período licitatório, da sociedade empresária responsável pelo consórcio, que deverá atender às condições de liderança para fins de credenciamento, elaboração de propostas e demais atos necessários à participação no consórcio;

6.2.4 - Cada sociedade empresária participante do consórcio, não se habilite, por outro consórcio ou sozinha, à participação desta licitação;

6.2.5 - Por ocasião da assinatura contratual será exigida, no caso de consórcio, a comprovação da efetiva constituição e o respectivo registro;

6.2.6 - Após a assinatura contratual o prestador deverá manter canal de correio eletrônico e indicar representante (com nome, telefone, endereço de correio eletrônico e CPF) para atender, responder e solucionar quaisquer pendências relativas à execução contratual;

6.2.7 - Quando consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados, tanto na fase de licitação quanto na de execução contratual;

6.2.8 - Caso haja transferência do atual Serviço de Telefonia Fixa Comutada Local, para outra operadora esta deverá disponibilizar o serviço de Portabilidade Numérica, mantendo a atual numeração utilizada pelo TRT da 6ª Região, de acordo com a Res. Nº 467/2007 da ANATEL, salvo interesse do contratante na troca dos números atuais;

6.2.9 - A nova contratação terá vigência, neste contrato, a partir do dia seguinte ao encerramento do contrato atual, e serão contratados no prazo de doze meses a partir da assinatura do contrato decorrente deste Termo de referência, evitando-se que haja solução de continuidade.

6.2.10 - Caso haja interesse da Administração, a implantação, do serviço objeto deste termo de referência, poderá ser antecipada.

7) PERFIL DO TRÁFEGO

7.1 - O perfil de tráfego, indicado no **ANEXO I**, refere-se ao quantitativo médio estimado, em minutos ano, por tipo de ligações telefônicas e horário tarifário.

8) DA PROPOSTA

8.1 - Para o lote um (1) considera-se a proposta mais vantajosa aquela em que a soma dos itens (sub-total do lote 1) proporcionar o menor valor anual, sendo formada por:

8.1.1 - Uma (1) habilitação anual do feixe 2E 1 (item 1);

8.1.2 - Vinte e quatro (24) assinaturas anuais, correspondente a cada mês, do feixe 2E 1 (item 2);

8.1.3 - Doze (12) assinaturas de numeração de 400 ramais DDR;

8.1.4 - Doze (12) locações anuais, correspondente a cada mês, do PABX (item 4);

8.1.5 - Doze (12) manutenções anuais, correspondente a cada mês, do PABX (item 5), devendo ser incluído neste item os custos referente a instalação (quando for necessário) do PABX;

8.1.5.1 - O PABX fornecido deverá suportar o uso da tecnologia de transmissão de voz pela rede de dados do TRT (VOIP);

8.1.2 - Doze (12) locações anuais, correspondente a cada mês, de mesa para telefonista (item 6);

8.1.3 - Doze (12) manutenções anuais, correspondente a cada mês, de mesa para telefonista (item 7), devendo ser incluído neste item os custos referente a instalação (quando for necessário);

8.1.4 - Estimativa de consumo de 303.600 minutos anuais de **ligações locais fixo-fixo**¹ (ver definição no item 5.2 deste termo de referência);

8.1.5 - Estimativa de consumo de 548.400 minutos anuais de **ligações locais fixo-fixo**² (ver definição no item 5.2 deste termo de referência);

8.1.6 - Estimativa de consumo de 192.000 minutos anuais de **ligações locais fixo-móvel VC1**;

8.2 - Para o lote dois (2) considera-se a proposta mais vantajosa aquela em que a soma dos itens (sub-total do lote 2) proporcionar o menor valor anual, sendo formada por:

8.2.1 - Estimativa de 160 (cento e sessenta) habilitações anuais de linhas telefônicas não residenciais;

8.2.1.1 - Este item (habilitação) não será cobrado caso a licitante vencedora seja a detentora atual das linhas já instaladas nas unidades do Tribunal.

8.2.2 - Estimativa de 1.920 (mil novecentas e vinte) assinaturas anuais de linhas telefônicas não residenciais;

8.2.3 - Estimativa de consumo de 304.800 minutos anuais de **ligações locais fixo-fixo**;

8.2.4 - Estimativa de consumo de 60.000 minutos anuais de **ligações locais fixo-móvel-VC1**;

8.3 - Os quantitativos de linhas e de minutos fornecidos para elaboração da proposta de preços são meramente estimados, não se constituindo em obrigação de consumo por parte do Tribunal.

9) DEVERES DA CONTRATADA

9.1 - Realizar os serviços objeto desta contratação dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância as normas e legislação pertinentes, bem como possibilitar a utilização do PABX conforme especificado no anexo III deste Termo de Referência;

9.2 - Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como salários, seguros de acidente, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outros que porventura venham a ser criados e exigidos pelo Governo;

9.3 - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual e municipal, como também assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pela regulamentação da ANATEL;

9.4 - Zelar pela perfeita execução do serviço, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas no prazo de 8 horas, salvo motivo de força maior;

9.5 - Implantar de forma adequada a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz;

9.6 - Fornecer, quando solicitado, o demonstrativo de utilização dos serviços, em conformidade com a normatização da ANATEL;

9.7 - Fornecer e possibilitar os meios para os serviços contratados de comunicação telefônica diariamente, vinte e quatro (24) horas por dia;

9.8 - Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, ainda que no recinto da Contratante;

9.9 - Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da Contratada;

9.10 - Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da Contratante;

9.11 - Manter canal de correio eletrônico para recebimento de reclamações da Contratada e como meio de resposta e solução de problemas surgidos durante a execução contratual

9.12 - Indicar representante para manter contato com a Contratante, que atuará para solucionar os problemas não resolvidos através do correio eletrônico;

9.13 - Indicar o banco, a agência e o número da conta corrente para efetuação do pagamento dos serviços prestados;

9.14 - Emitir as faturas/notas fiscais de serviço de telefonia com o mesmo CNPJ constante no contrato;

9.15 - Colocar em funcionamento o PABX, em conformidade com as configurações e características técnicas estabelecidas no anexo III, no prazo máximo de 45 dias a contar da assinatura do contrato.

10) DEVERES DO CONTRATANTE

10.1 - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos técnicos, qualitativos e quantitativos; anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte daquela;

10.2 - Documentar as ocorrências havidas e controlar as ligações telefônicas;

10.3 - Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo contratante, não devem ser interrompidos;

10.4 - Emitir pareceres, quando cabíveis, em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

10.5 - Receber e conferir as faturas, através do gestor do contrato, enviar ao setor responsável pelo pagamento, atestando-as com ou sem ressalvas;

10.6 - Permitir o livre acesso dos empregados da contratada, quando necessário, para execução dos serviços;

10.7 - Disponibilizar instalações necessárias à prestação dos serviços, quando necessário.

11) PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

11.1 - Será gestor do presente contrato o Diretor da Secretaria de Segurança, Transportes e Telefonia – S.S.T.T. do Contratante e, nas suas ausências legais e regulamentares, o seu substituto legal, cabendo-lhe as atribuições e responsabilidades do art. 67 da Lei nº. 8.666/93 atualizada, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis.

11.2 - O gestor do contrato deverá enviar a Nota Fiscal de Serviço de Telefonia (NFST), com pelo menos dois dias úteis de antecedência ao vencimento, desde que a contratada disponibilize a fatura em tempo hábil;

11.3 - Antes do envio ao pagamento, a NFST deverá ser atestada pelo gestor, com ou sem ressalvas;

11.4 - Será permitida a correção das tarifas nos termos das normas reguladoras expedidas pela ANATEL, mediante prévia comunicação ao contratante, desde que decorrente de reajuste normativo aprovado pela ANATEL.

12) VIGÊNCIA

12.1 - A contratação deste serviço terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o máximo de 60 (sessenta) meses.

13) SANÇÕES

13.1 - As empresas partícipes estarão sujeitas às penalidades previstas no edital de licitação;

14) DO ORÇAMENTO

14.1 - As despesas correspondentes ao objeto a ser licitado têm por classificação: Elemento de Despesa: 3390.39.58 – Serviços de Telecomunicações e Programa de Trabalho: 02.061.0571.4256.0001 – Aprec. de Causas na Just. do Trabalho, do orçamento deste TRT 6ª Região.

ANEXO I

Perfil de trafego estimado por ano e de instalações físicas

LOTE 01 – Unidades localizadas na sede do TRT	Quantidade Anual (Estimada)	Unidade
Habilitação 2 E1	02	Unid.
Assinatura 2 E1	24	Unid/ano
Assinatura de numeração de 400 ramais DDR	12	Unid/ano
PABX	01	Unid/ano
Mesa para telefonista	01	Unid/ano
Tráfego local Fixo-Fixo ¹	339.760	Minuto/ano
Tráfego local Fixo-Fixo ²	839.520	Minuto/ano
Tráfego Local Fixo-Móvel (VC1)	273.600	Minuto/ano

⁽¹⁾ Ligações originadas e destinadas entre as unidades localizadas na sede do TRT;

⁽²⁾ Ligações originadas nas unidades localizadas na sede do TRT e destinadas para fora das unidades localizadas na sede do Tribunal, porém, na área conurbada da RMR.

LOTE 02 – Unidades do TRT localizadas fora da sede do Tribunal (RMR e Interior do Estado)	Quantidade Anual (Estimada)	Unidade
Habilitação	200	Unid.
Assinatura	2.400	Unid./ano
Tráfego Fixo-Fixo Local	417.600	Minuto/ano
Tráfego Fixo-Móvel Local (VC1)	90.000	Minuto/ano

ANEXO II

Endereço das Unidades do TRT

Endereço da sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

Unidade	Endereço	1.1.1.1. EP	Qtd Linhas Diretas/ramais
TRT 6ª Região (SEDE)	Cais do Apolo, nº 739	50030902	400

Endereço de Unidades na cidade do Recife fora da Sede do TRT.

Unidade	Endereço	1.1.1.2. EP	Qtd Linha Diretas
FAJBA	Praça Ministro João Gonçalves de Souza, s/n	50670900	60
EJ-6 e Biblioteca	Av. Beberibe 291, Encruzilhada, Recife	52041430	03
Prédio de Afogados	Rua Motocolombó 310, Afogados, Recife	50770110	01
Memorial da Justiça do Trabalho	Av. Engenheiro Domingos Ferreira 3510, Boa Viagem, Recife	51020040	01
Serviço de Material	Cais do Apolo, 617 – Bairro do Recife - Recife	50030902	02
Setor de Transportes	Rua do Brum, 107 – Bairro do Recife - Recife	50030902	02
Setor de Manutenção	Cais do Apolo, 617 – Bairro do Recife - Recife	50030902	01
Setor Gráfico	Cais do Apolo, 617 – Bairro do Recife - Recife	50030902	01

Endereço das Varas do Trabalho da Região Metropolitana e Interior

Unidade	Endereço	CEP	Qtd Linhas Diretas
VT 1ª JABOATAO	Estrada da Batalha 1200, Prazeres, Jaboatão	54315570	02
VT 2ª JABOATAO	Estrada da Batalha 1285, Prazeres, Jaboatão	54315570	02
VT 3ª JABOATAO	Estrada da Batalha 1285, Prazeres, Jaboatão	54315570	02

VT 4ª JABOATAO	Estrada da Batalha 1200, Prazeres, Jaboatão	54315570	02
Dist. JABOATAO	Estrada da Batalha 1285, Prazeres, Jaboatão	54315570	01
VT 1ª OLINDA	PE – 15, Km. 4,86 s/n	53010240	02
VT 2ª OLINDA	PE – 15, Km. 4,86 s/n	53010240	02
VT 3ª OLINDA	PE – 15, Km. 4,86 s/n	53010240	02
Dist. OLINDA	PE – 15, Km. 4,86 s/n	53010240	01
VT 1ª CABO	Av. Pres. Getúlio Vargas 576, Cabo	54505560	02
VT 2ª CABO	Av. Pres. Getúlio Vargas 576, Cabo	54505560	02
Dist. CABO	Av. Pres. Getúlio Vargas 576, Cabo	54505560	01
VT 1ª PAULISTA	Rua Epitácio Pessoa 275, Paulista	53401220	02
VT 2ª PAULISTA	Rua Epitácio Pessoa 275, Paulista	53401220	02
Dist. PAULISTA	Rua Epitácio Pessoa 275, Paulista	53401220	01
VT IGARASSU	BR 101 Norte, Km. 26 – Cruz de Rebouças	53610000	01
VT SÃO LOURENÇO DA MATA	Rua Dr. João Severino 30, São Lourenço da Mata	54735310	01
VT 1ª IPOJUCA	Rua Vereador Antônio Bonifácio 54, Ipojuca	55590000	02
VT 2ª IPOJUCA	Rua Francisco Alves de Souza, 95, Centro – Ipojuca	55590000	02
Dist. IPOJUCA	Rua Vereador Antônio Bonifácio 54, Ipojuca	55590000	01
VT BELO JARDIM	Rua Geminiano Maciel, 140 Centro - Belo Jardim	55150000	02
VT GOIANA	Av. André Vidal de Negreiros 17, Goiana	55900000	01
VT 1ª BARREIROS	Rua Tancredo Neves s/n, Barreiros	55560000	02

VT 2ª BARREIROS	Rua Tancredo Neves s/n, Barreiros	55560000	02
Dist. BARREIROS	Rua Tancredo Neves s/n, Barreiros	55560000	01
VT NAZARÉ	Praça Fernando Ferreira 23, Nazaré da Mata	55800000	01
VT CARPINA	Rua Martinho Francisco s/n, Cajá, Carpina	55813451	02
VT 1ª CARUARU	Av. Agamenon Magalhães 814, Maurício de Nassau - Caruaru	55014000	02
VT 2ª CARUARU	Av. Agamenon Magalhães 814, Maurício de Nassau - Caruaru	55014000	02
VT 3ª CARUARU	Rua Visconde de Inhaúma, 2170 Maurício de Nassau - Caruaru	55014410	02
Dist. CARUARU	Av. Agamenon Magalhães 814, Maurício de Nassau - Caruaru	55014310	01
VT CATENDE	Av. Paulo Guerra 272, Jardim Diamante - Catende	55400000	02
VT ESCADA	Rua Pedro Batista s/n, Maracujá - Escada	55500000	02
VT PALMARES	Av. Miguel Jassely, 13 Cohab I - Palmares	55540000	02
VT RIBEIRAO	BR 101 SUL - KM 82 Ribeirão	55520000	02
VT SERRA TALHADA	BR 232 - KM 420, Serra Talhada	56906490	01
TERMO JUDICIÁRIO DE SERTANIA	Av. Agamenon Magalhães 113 - Sertânia	56600000	01
TERMO JUDICIÁRIO DE SURUBIM	Rua Oscar Loureiro s/n, Centro, Surubim	55750000	02
VT TIMBAUBA	Av. Estudante Micheline P. Campos, 290 Araruna - Timbaúba	55870000	02
VT VITÓRIA	BR 232 - KM 50,5 - Vitória de Santo Antão	55600000	02
Arquivo Geral	BR 232 - KM 50,5 -	55600000	01

	Vitória de Santo Antão		
VT LIMOEIRO	Rua Severino Vasconcelos Aragão 114 José F. Salsa - Limoeiro	55700000	02
TERMO JUCIÁRIO DE FLORESTA	Rua Alcina Torres de Araújo, s/n - Floresta	56400000	01
VT ARARIPINA	Rua Ana Ramos Lacerda s/n, Centro, Araripina	56280000	01
VT GARANHUNS	Rua São Bento, s/n São José - Garanhuns	55295902	01
VT PESQUEIRA	Rua Ézio Araújo 255, Pesqueira	55200000	02
VT 1ª PETROLINA	Av. Fernando Góes, s/n Centro - Petrolina	56304020	02
VT 2ª PETROLINA	Av. Fernando Góes, s/n Centro - Petrolina	56304020	02
Dist. PETROLINA	Av. Fernando Góes, s/n Centro - Petrolina	56304020	01
VT SALGUEIRO	BR 232 - KM 519, s/n COHAB - Salgueiro	56000000	01

ANEXO III

Descrição do PABX

Características mínimas do PABX

- a) 600 portas para DDR, (ramais analógicos) com possibilidade de expansão para no mínimo 900 portas;
- b) 8 ramais digitais;
- c) 02 troncos digitais E1 com possibilidade de expansão;
- d) 01 mesa operadora para telefonista (incluso o software) e headset monoauricular compatível;
- e) Capacidade para oito troncos analógicos;
- f) Possibilidade de identificação de chamadas;
- a) Permissões diferenciadas para cada ramal;
- b) Possibilidade de bloqueio para celular, DDD / DDI, sistema 900, 300, 400, de chamada a cobrar e de prefixos regionais, por categoria de ramal;
- c) Cadeado eletrônico, bloqueio do ramal para realização de chamadas externas;
- d) Consulta a ramal durante chamada;

- e) Conferência;
- f) Monitoração de ramal, Transferência simples;
- g) Transferência se ramal não atender;
- h) Captura de chamadas;
- i) Transferência se ramal ocupado;
- j) Chamada rotativa - cada chamada toca no próximo ramal programado Ramal noturno;
- k) Despertador;
- l) Agenda global e por ramal;
- m) Siga-me;
- n) Não-pertube;
- o) Senha de ramal;
- p) Hot-line;
- q) Possibilitar a transmissão de voz através da rede interna do Tribunal (tecnologia VOIP);**
- r) Programação para fax/dados;
- s) Tempo de flash programável;
- t) Ramais agrupados por categoria;
- u) Limite de algarismos para chamada externa (mínimo 16 dígitos);
- v) Música digital de espera interna;
- w) Entrada para música de rádio ou outra fonte de som.

ANEXO IV

Planilha de cotação de preços

Lote 1 - Unidades localizadas na sede do TRT						
Item	Quantidade anual		Valor em R\$			Total
1 - Habilitação	02 - E1 (trinta troncos cada)					R\$ 0,00
2 - Assinatura	24					R\$ 0,00
3 - Numeração de 400 ramais DDR	12					R\$ 0,00
Item	Tipo de Serviço		Valor Mensal		Quantidade anual	Total
4 PABX	Locação				12	R\$ 0,00
5 PABX	Manutenção				12	R\$ 0,00
6 Mesa para telefonista	Locação				12	R\$ 0,00
7 Mesa para telefonista	Manutenção				12	R\$ 0,00
Item	Tipo	Minutos /mês (A)	Valor do minuto (B)	sub-total (C) = (A x B)	Quantidade e estimada de minutos por ano. (D)	Total (E) = (B x D)
8 Local fixo-fixo (1)	Diferenciada	7.000		R\$ 0,00	84.000	R\$ 0,00
	Normal	15.000		R\$ 0,00	180.000	R\$ 0,00
	Reduzida	3.000		R\$ 0,00	36.000	R\$ 0,00
	Super-reduzida	300		R\$ 0,00	3.600	R\$ 0,00
9 Local fixo-fixo (2)	Diferenciada	14.000		R\$ 0,00	168.000	R\$ 0,00

	Normal	25.000		R\$ 0,00	300.000	R\$ 0,00
	Reduzida	6.000		R\$ 0,00	72.000	R\$ 0,00
	Super-reduzida	700		R\$ 0,00	8.400	R\$ 0,00
10 Local fixo-móvel (VC1)	Normal	13.000		R\$ 0,00	156.000	R\$ 0,00
	Reduzida	3.000		R\$ 0,00	36.000	R\$ 0,00
Total - lote 01 (somatório anual dos totais de todos os itens deste lote)						R\$ 0,00

Lote 2 - Unidades do TRT localizadas fora da sede do Tribunal (RMR e Interior do Estado)							
Item	Quantidade		Valor em R\$				Total
1 - Habilitação	160 linhas						R\$ 0,00
2 - Assinatura	1.920						R\$ 0,00
Item	Tipo	Quantidade/ mês	Valor do minuto	sub-total	Quantidade estimada de minutos por ano.	Valor em R\$	Total
3 - Local fixo-fixo	Diferenciada	7.000			84.000		R\$ 0,00
	Normal	15.000			180.000		R\$ 0,00
	Reduzida	3.000			36.000		R\$ 0,00
	Super- reduzida	400			4.800		R\$ 0,00
4 - Local fixo-móvel (VC1)	Normal	4.000			48.000		R\$ 0,00
	Reduzida	1.000			12.000		R\$ 0,00
Total - lote 2 (somatório anual dos totais de todos os itens deste lote)						R\$ 0,00	

Anexo V – Planilha de valores de referência

LOTE 01					
Lote 01 – unidades localizadas na Sede do TRT					
Item	Quantidade anual		Valor em R\$		Total
1 - Habilitação	1		R\$ 4.305,31		R\$ 4.305,31
2 - Assinatura (2 E1)	24		R\$ 1.189,53		R\$ 28.548,72
3 - Numeração de 400 ramais DDR	12		R\$ 1.584,08		R\$ 19.008,96
Item	Tipo de Serviço		Quantidade anual	Valor Mensal	Total
4 PABX	Locação		12	R\$ 57,53	R\$ 690,36
5 PABX	Manutenção		12	N/C	N/C
6 Mesa para telefonista	Locação		12	N/C	N/C
7 Mesa para telefonista	Manutenção		12	N/C	N/C
Item	Tipo	Minutos /mês	Valor do minuto	Quantidade estimada de minutos por ano.	Total
8 * Local fixo-fixo (1)					
	Diferenciada	7.000	0,0998	84.000	R\$ 8.383,20
	Normal	15.000	0,0998	180.000	R\$ 17.964,00
	Reduzida	3.000	0,0998	36.000	R\$ 3.592,80
	Super- reduzida	300	0,0998	3.600	R\$ 359,28
9 * Local fixo-fixo (2)					
	Diferenciada	14.000	0,0998	168.000	R\$ 16.766,40
	Normal	25.000	0,0998	300.000	R\$ 29.940,00
	Reduzida	6.000		72.000	R\$ 7.185,60

			0,0998		
	Super-reduzida	700	0,0998	8.400	R\$ 838,32
10 Local fixo-móvel (VC1)	Normal	13.000	0,8193	156.000	R\$ 127.810,80
	Reduzida	3.000	0,8193	36.000	R\$ 29.494,80
Total - lote 01 (somatório anual dos totais de todos os itens deste lote) R\$ 294.888,55					

LOTE 2					
Lote 2 - Unidades do TRT localizadas fora da Sede do Tribunal (RMR e Interior do Estado)					
Item	Quantidade anual		Valor em R\$		Total
1 - Habilitação	160		R\$ 43,08		R\$ 6.892,80
2 - Assinatura	1920		R\$ 74,30		R\$ 142.656,00
Item	Tipo	Minutos /mês	Valor do minuto	Quantidade e estimada de minutos por ano.	Total
3 Local fixo- fixo					
	Diferenciada	7.000	0,0998	84.000	R\$ 8.383,20
	Normal	15.000	0,0998	180.000	R\$ 17.964,00
	Reduzida	3.000	0,0998	36.000	R\$ 3.592,80
	Super-reduzida	400	0,0998	4.800	R\$ 479,04
4 Local fixo- móvel (VC1)	Normal	4.000	0,8193	48.000	R\$ 39.326,40
	Reduzida	1.000	0,8193	12.000	R\$ 9.831,60
Total - lote 02 (somatório anual dos totais de todos os itens deste lote)					
R\$ 229.125,84					
TOTAL GERAL DOS LOTES 01 e 02:		R\$ 524.014,39			

* Local fixo-fixo (1): Ligações originadas e destinadas entre as unidades localizadas na Sede do TRT.

* Local fixo-fixo (2): Ligações originadas nas unidades localizadas na Sede do TRT e destinadas para fora das unidades localizadas na Sede do Tribunal, porém, na área cornubada da RMR.

ANEXO II DO EDITAL

MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

**CONTRATO ADMINISTRATIVO REFERENTE
À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA
COMUTADA NA MODALIDADE LOCAL,
ENTENDIDA COMO FIXO-FIXO E FIXO-
MÓVEL, PARA O TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 6ª REGIÃO.**

Pelo presente instrumento que entre si fazem o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 02.566.224/0001-90, com sede no Cais do Apolo, 739, no bairro do Recife, CEP: 50.030-902, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Desembargador Presidente, **Dr. ANDRÉ GENN DE ASSUNÇÃO BARROS**, brasileiro, magistrado, inscrito no CPF/MF sob o nº. 246.733.234-91, residente e domiciliado na Cidade do Recife/PE e a, inscrita no CNPJ/MF sob o nº., estabelecida na, sediada em, neste ato representada pelo **SR.**, portador da carteira de identidade nº., inscrito no CPF nº., residente e domiciliado em, doravante denominados **CONTRATANTE e CONTRATADA**, consoante o **Proc. nº. 039/2011**, o edital de Pregão Eletrônico nº. **XX/11**, as Leis nºs 10.520/02, 8.666/93 e 9.472/97 (Lei Geral de Telecomunicações), o Decreto nº. 5.450/05, os termos da proposta apresentada, bem como as demais normas regulamentares expedidas pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato fundamenta-se:

- I - No Pregão Eletrônico nº 020/11, na Lei nº 10.520/02, regulamentada pelos Decretos nºs. 3.555/2000, 3.693/2000 e 3.784/2001;
- II - Na Lei nº. 9.247/97 (Lei Geral de Telecomunicações) e demais normas regulamentares expedidas pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações;
- III - Nos termos propostos pela **CONTRATADA** que simultaneamente:
 - a) Constem no Processo Administrativo **TRT 039/2011**;
 - b) Não contrariem o interesse público.
- IV - Nas demais determinações da Lei nº. 8.666/93;
- V - Nos preceitos de Direito Público; e
- VI - Subsidiariamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa operadora para prestação de serviço telefônico fixo-fixo comutado e fixo para móvel, modalidade de serviço local, com instalação de um PABX digital (com fornecimento de 02 (dois) Entroncamentos Digitais e de Central Telefônica DDR com capacidade mínima de tráfego para 60 ramais), para atender as necessidades do **CONTRATANTE**, de acordo com o Termo de Referência constante do edital de licitação, que, independentemente de sua transcrição, faz parte deste instrumento contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As configurações mínimas do PABX digital constam no Anexo II deste instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os serviços telefônicos citados no Caput desta Cláusula foram subdivididos em 02 (dois) lotes conforme anexo III deste instrumento, e serão prestados respectivamente:

a) Lote 1 – Unidades localizadas na sede do TRT;

b) Lote 2 – Unidades do TRT localizadas fora da sede do Tribunal (RMR e Interior do Estado).

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Os serviços objeto do presente contrato serão executados na forma de execução indireta sob o regime de empreitada por preço unitário.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA – Obriga-se a **CONTRATADA** a:

I - Realizar os serviços objeto desta contratação dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância as normas e legislação pertinentes, bem como possibilitar a utilização do PABX conforme especificado no anexo II deste contrato;

II - Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como salários, seguros de acidente, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outros que porventura venham a ser criados e exigidos pelo Governo;

III - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, como também assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pela regulamentação da ANATEL;

IV - Repassar à administração do **CONTRATANTE**, durante o período de vigência deste contrato, todos os preços e vantagens ofertados ao mercado, inclusive os de horário reduzido, sempre que esses forem mais vantajosos do que os contratados;

V - Zelar pela perfeita execução do serviço, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas no prazo de 08 (oito) horas, salvo motivo de força maior;

VI - Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz;

VII - Fornecer, quando solicitado, o demonstrativo de utilização dos serviços, em conformidade com a normatização da ANATEL;

VIII - Fornecer e possibilitar os meios para os serviços contratados de comunicação telefônica diariamente, vinte e quatro (24) horas por dia;

IX - Responder pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, ainda que no recinto do **CONTRATANTE**;

X - Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da **CONTRATANTE**;

XI - Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem

vítimas os seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da **CONTRATANTE**;

XII - Manter canal de correio eletrônico para recebimento de reclamações da **CONTRATADA** e como meio de resposta e solução de problemas surgidos durante a execução contratual

XIII - Indicar representante para manter contato com a **CONTRATANTE**, que atuará para solucionar os problemas não resolvidos através do correio eletrônico;

XIV - Indicar o banco, a agência e o número da conta corrente para efetuação do pagamento dos serviços prestados;

XV - Emitir as faturas/notas fiscais de serviço de telefonia com o mesmo CNPJ constante no contrato;

XVI - Colocar em funcionamento o PABX, em conformidade com as configurações e características técnicas estabelecidas no anexo II, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da assinatura do contrato.

XVII - Não transferir a outrem os serviços objeto deste contrato;

XVIII - Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA QUINTA – Obriga-se o **CONTRATANTE** a:

I - Promover, através de seu gestor, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos técnicos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

II - Documentar as ocorrências havidas e controlar as ligações telefônicas;

III - Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela **CONTRATADA**, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo **CONTRATANTE**, não devem ser interrompidos;

IV - Emitir pareceres, quando cabíveis, em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

V - Permitir o livre acesso dos empregados da **CONTRATADA**, quando necessário, para execução dos serviços;

VI - Disponibilizar instalações necessárias à prestação dos serviços, se for o caso;

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA – Será Gestor do presente contrato o Diretor da Secretaria de Segurança, Transportes e Telefonia - SSTT do **CONTRATANTE** e, nas suas ausências legais e regulamentares, o seu substituto legal, cabendo-lhe as atribuições e responsabilidades do art. 67 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis.

DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA – O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** uma parcela fixa (assinatura, locação e manutenção do PABX) e outra variável, referente à quantidade de minutos utilizada no período de apuração, multiplicada pelos preços constantes das Tabelas do Anexo III, de acordo com o respectivo tipo de ligação e classe tarifária.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO – O pagamento será efetuado em 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da nota fiscal pela Secretaria de Orçamento e Finanças do **CONTRATANTE**, devidamente atestada pelo Gestor do contrato, sem ressalvas, através de ordem bancária em nome da **CONTRATADA**, conforme dados bancários indicados pela **CONTRATADA** ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste contrato. De acordo com as normas do Tesouro Nacional a Ordem Bancária terá sua compensação em até 02 (dois) dias úteis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a **CONTRATADA** efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O gestor do contrato atestará a nota fiscal em até 05 (cinco) dias úteis, com ou sem ressalvas, a contar do seu recebimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso da nota fiscal ser atestada com ressalva, o **CONTRATANTE** terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis, após a ciência do fato, para decidir sobre o pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO - O **CONTRATANTE** poderá autorizar o pagamento da nota fiscal questionada, se ainda existirem prestações futuras que possibilitem a compensação de qualquer obrigação financeira de responsabilidade da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUINTO - No ato do pagamento serão retidos na fonte, os tributos federais e municipais de acordo com a legislação vigente. Os documentos comprobatórios das retenções ficarão à disposição do interessado na Secretaria de Orçamento e Finanças do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a Nota Fiscal, cópia autenticada do Termo de Opção, para fins de comprovação perante a Secretaria de Orçamento e Finanças do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo **CONTRATANTE**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

EM= $I \times N \times VP$, onde:

EM= Encargos moratórios;

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP= Valor da parcela a ser paga;

I= Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$I = \frac{(TX/100)}{365}$ $I = \frac{(6/100)}{365}$ $I = 0,0001644$

1 365 365
TX= Percentual da taxa anual = 6%

PARÁGRAFO OITAVO - A compensação financeira prevista no Parágrafo anterior será incluída na fatura/nota fiscal seguinte ao da ocorrência.

PARÁGRAFO NONO - O CONTRATANTE poderá exigir, a qualquer momento, a comprovação do cumprimento das obrigações mencionadas no item XVIII da Cláusula Terceira, reservando-se o direito de reter o valor correspondente aos pagamentos devidos até a regularização das obrigações pendentes.

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

CLÁUSULA NONA – Será permitida a correção das tarifas nos termos das normas reguladoras expedidas pela ANATEL, mediante prévia comunicação ao **CONTRATANTE**, desde que decorrente de reajuste normativo aprovado pela ANATEL.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os preços propostos somente poderão ser reajustados em período inferior a 12 (doze) meses nos casos previstos na Lei nº. 10.192/01.

DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

CLÁUSULA DÉCIMA - Os recursos necessários à execução deste contrato correrão à conta do Elemento de Despesa **3390.39.58 (Serviços de Telecomunicações)**, Programa de Trabalho **02061057142560001 (Aprec. de Causas na Justiça do Trabalho)**.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para cobertura das despesas relativas ao presente contrato, foi emitida a Nota de Empenho 2011NE000....., datada de, no valor de R\$

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o inciso II, do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Deixando a **CONTRATADA** de entregar documentação exigida no edital ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto contratual, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, sujeitar-se-á às penalidades constantes do Art. 28 do Decreto nº. 5.450/05, além de poder incorrer em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em se tratando de inexecução parcial do contrato observar-se-á:

- x) quando do inadimplemento parcial da obrigação principal, a multa aplicada será de 10% (dez por cento), de forma proporcional à parte inexecutada;
- y) quando se tratar de atraso na execução do contrato, na entrega de documentos solicitados pelo **CONTRATANTE** ou qualquer outro descumprimento de cláusula contratual, a multa aplicada será de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia sobre o valor total do contrato até o cumprimento da obrigação principal, a entrega da documentação exigida ou o restabelecimento das condições contratuais, respeitado o limite de 5% (cinco

por cento) desse valor e aplicando-se também o disposto na alínea anterior, caso o inadimplemento contratual persista em relação ao mesmo fato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor da multa deverá ser recolhido diretamente à União e apresentado o comprovante ao Setor Financeiro da Secretaria de Orçamento e Finanças do **CONTRATANTE**, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, podendo ser abatido de pagamento a que a **CONTRATADA** ainda fizer jus, ou poderá ser cobrada judicialmente, nos termos do § 1º do artigo 87 da Lei 8666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A aplicação da multa a que se refere o *Caput* e o Parágrafo Primeiro desta Cláusula, não impedirá que o **CONTRATANTE** rescinda o contrato, bem como poderá suspender a **CONTRATADA** do direito de licitar com a União, no período de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº. 10.520/02 e, subsidiariamente, pela Lei nº. 8.666/93.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da **CONTRATADA**, na forma da Lei.

PARÁGRAFO QUINTO - Estima-se como valor total do contrato, apenas para efeito de aplicação de multas, o correspondente a R\$

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O presente Contrato poderá ser rescindido nos casos previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8666/93, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste contrato.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O **CONTRATANTE** providenciará a publicação no Diário Oficial da União - DOU - Seção III, o resumo do presente Contrato.

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Sob nenhum pretexto ou nenhuma forma, a menos que haja concordância por escrito do **CONTRATANTE**, pode a **CONTRATADA** transferir qualquer responsabilidade sua para outrem.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade do Recife, Seção Judiciária de Pernambuco, para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente instrumento contratual, que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

E, por estarem justos e acordados, foi o presente Contrato Administrativo confeccionado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vai subscrito pelo **CONTRATANTE** e pela **CONTRATADA**, para que este documento produza todos os efeitos legais e jurídicos.

Recife(PE), de de 2011.

CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO I
ENDEREÇO DAS UNIDADES DO TRT

Endereço da sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

Unidade	Endereço	CEP	Qtd Linhas Diretas/ramais
TRT 6ª Região (SEDE)	Cais do Apolo, nº. 739	50030902	400

Endereço de Unidades na cidade do Recife fora da Sede do TRT.

Unidade	Endereço	CEP	Qtd Linhas Diretas
FAJBA	Praça Ministro João Gonçalves de Souza, s/n	50670900	60
EJ-6 e Biblioteca	Av. Beberibe 291, Encruzilhada, Recife	52041430	03
Prédio de Afogados	Rua Motocolombó 310, Afogados, Recife	50770110	01
Memorial da Justiça do Trabalho	Av. Engenheiro Domingos Ferreira 3510, Boa Viagem, Recife	51020040	01
Serviço de Material	Cais do Apolo, 617 – Bairro do Recife - Recife	50030902	02
Setor de Transporte	Rua do Brum, 107 – Bairro do Recife - Recife	50030902	02
Setor de Manutenção	Cais do Apolo, 617 – Bairro do Recife - Recife	50030902	01
Setor Gráfico	Cais do Apolo, 617 – Bairro do Recife - Recife	50030902	01

Endereço das Varas do Trabalho da Região Metropolitana e Interior

Unidade	Endereço	CEP	Qtd Linhas Diretas
VT 1ª JABOATAO	Estrada da Batalha 1200, Prazeres, Jaboatão	54315570	02
VT 2ª JABOATAO	Estrada da Batalha 1285, Prazeres, Jaboatão	54315570	02
VT 3ª JABOATAO	Estrada da Batalha 1285, Prazeres,	54315570	02

	Jaboatão		
VT 4ª JABOATAO	Estrada da Batalha 1200, Prazeres, Jaboatão	54315570	02
DIST. JABOATAO	Estrada da Batalha 1285, Prazeres, Jaboatão	54315570	01
VT 1ª OLINDA	PE – 15, Km. 4,86 s/n	53010240	02
VT 2ª OLINDA	PE – 15, Km. 4,86 s/n	53010240	02
VT 3ª OLINDA	PE – 15, Km. 4,86 s/n	53010240	02
DIST. OLINDA	PE – 15, Km. 4,86 s/n	53010240	01
VT 1ª CABO	Av. Pres. Getúlio Vargas 576, Cabo	54505560	02
VT 2ª CABO	Av. Pres. Getúlio Vargas 576, Cabo	54505560	02
DIST. CABO	Av. Pres. Getúlio Vargas 576, Cabo	54505560	01
VT 1ª PAULISTA	Rua Eptácio Pessoa 275, Paulista	53401220	02
VT 2ª PAULISTA	Rua Eptácio Pessoa 275, Paulista	53401220	02
DIST. PAULISTA	Rua Eptácio Pessoa 275, Paulista	53401220	01
VT IGARASSU	BR 101 Norte, Km. 26 – Cruz de Rebouças	53610000	01
VT SÃO LOURENÇO DA MATA	Rua Dr. João Severino 30, São Lourenço da Mata	54735310	01
VT 1ª IPOJUCA	Rua Vereador Antônio Bonifácio 54, Ipojuca	55590000	02
VT 2ª IPOJUCA	Rua Francisco Alves de Souza, 95, Centro – Ipojuca	55590000	02
DIST. IPOJUCA	Rua Vereador Antônio Bonifácio 54, Ipojuca	55590000	01
VT BELO JARDIM	Rua Geminiano Maciel, 140 Centro - Belo Jardim	55150000	02
VT GOIANA	Av. André Vidal de Negreiros 17, Goiana	55900000	01
VT 1ª BARREIROS	Rua Tancredo Neves s/n, Barreiros	55560000	02
VT 2ª BARREIROS	Rua Tancredo Neves s/n, Barreiros	55560000	02
DIST. BARREIROS	Rua Tancredo Neves s/n, Barreiros	55560000	01
VT NAZARÉ	Praça Fernando Ferreira 23, Nazaré da Mata	55800000	01

VT CARPINA	Rua Martinho Francisco s/n, Cajá, Carpina	55813451	02
VT 1ª CARUARU	Av. Agamenon Magalhães 814, Maurício de Nassau - Caruaru	55014000	02
VT 2ª CARUARU	Av. Agamenon Magalhães 814, Maurício de Nassau - Caruaru	55014000	02
VT 3ª CARUARU	Rua Visconde de Inhaúma, 2170 Maurício de Nassau - Caruaru	55014410	02
DIST. CARUARU	Av. Agamenon Magalhães 814, Maurício de Nassau - Caruaru	55014310	01
VT CATENDE	Av. Paulo Guerra 272, Jardim Diamante - Catende	55400000	02
VT ESCADA	Rua Pedro Batista s/n, Maracujá - Escada	55500000	02
VT PALMARES	Av. Miguel Jassely, 13 Cohab I - Palmares	55540000	02
VT RIBEIRAO	BR 101 SUL - KM 82 Ribeirão	55520000	02
VT SERRA TALHADA	BR 232 - KM 420, Serra Talhada	56906490	01
TERMO JUDICIÁRIO DE SERTANIA	Av. Agamenon Magalhães 113 - Sertânia	56600000	01
TERMO JUDICIÁRIO DE SURUBIM	Rua Oscar Loureiro s/n, Centro, Surubim	55750000	02
VT TIMBAUBA	Av. Estudante Micheline P. Campos, 290 Araruna - Timbaúba	55870000	02
VT VITÓRIA	BR 232 - KM 50,5 -Vitória de Santo Antão	55600000	02
Arquivo Geral	BR 232 - KM 50,5 -Vitória de Santo Antão	55600000	01
VT LIMOEIRO	Rua Severino Vasconcelos Aragão 114 José F. Salsa - Limoeiro	55700000	02
TERMO JUCIÁRIO DE FLORESTA	Rua Alcina Torres de Araújo, s/n - Floresta	56400000	01
VT ARARIPINA	Rua Ana Ramos Lacerda s/n, Centro, Araripina	56280000	01
VT GARANHUNS	Rua São Bento, s/n São José - Garanhuns	55295902	01
VT PESQUEIRA	Rua Ézio Araújo 255, Pesqueira	55200000	02
VT 1ª PETROLINA	Av. Fernando Góes, s/n Centro - Petrolina	56304020	02
VT 2ª PETROLINA	Av. Fernando Góes, s/n Centro - Petrolina	56304020	02

DIST. PETROLINA	Av. Fernando Góes, s/n Centro - Petrolina	56304020	01
VT SALGUEIRO	BR 232 - KM 519, s/n COHAB - Salgueiro	56000000	01

ANEXO II

DESCRIÇÃO DO PABX

Características mínimas do PABX:

- 600 portas para DDR, (ramais analógicos) com possibilidade de expansão para no mínimo 900 portas;
- 8 ramais digitais;
- 02 troncos digitais E1 com possibilidade de expansão;
- 01 mesa operadora para telefonista (incluso o software) e headset monoauricular compatível;
- Capacidade para oito troncos analógicos;
- Possibilidade de identificação de chamadas;
- Permissões diferenciadas para cada ramal;
- Possibilidade de bloqueio para celular, DDD / DDI, sistema 900, 300, 400, de chamada a cobrar e de prefixos regionais, por categoria de ramal;
- Cadeado eletrônico, bloqueio do ramal para realização de chamadas externas;
- Consulta a ramal durante chamada;
- Conferência;
- Monitoração de ramal, Transferência simples;
- Transferência se ramal não atender;
- Captura de chamadas;
- Transferência se ramal ocupado;
- Chamada rotativa - cada chamada toca no próximo ramal programado Ramal noturno;
- Despertador;
- Agenda global e por ramal;
- Siga-me;
- Não-pertube;
- Senha de ramal;
- Hot-line;
- **Possibilitar a transmissão de voz através da rede interna do Tribunal (tecnologia VOIP);**
- Programação para fax/dados;
- Tempo de flash programável;
- Ramais agrupados por categoria;
- Limite de algarismos para chamada externa (mínimo 16 dígitos);
- Música digital de espera interna;
- Entrada para música de rádio ou outra fonte de som.

ANEXO III**PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS**

LOTE 1 - UNIDADES LOCALIZADAS NA SEDE DO TRT						
ITEM	QUANTIDADE ANUAL		VALOR EM R\$		TOTAL	
1 - Habilitação	02 - E1 (trinta troncos cada)				R\$ 0,00	
2 - Assinatura	24				R\$ 0,00	
3 - Numeração de 400 ramais DDR	12				R\$ 0,00	
ITEM	TIPO DE SERVIÇO		VALOR MENSAL		QUANT. ANUAL	TOTAL
4 - PABX	Locação				12	R\$
5 - PABX	Manutenção				12	R\$
6 - Mesa para telefonista	Locação				12	R\$
7 - Mesa para telefonista	Manutenção				12	R\$
Item	Tipo	Minutos/mês (A)	Valor do minuto (B)	sub-total (C) = (A x B)	Quant. estimada minutos / ano. (D)	Total (E) = (B x D)
8 - Local fixo-fixo (1)	Diferenciada	7.000		R\$ 0,00		R\$ 0,00
	Normal	15.000		R\$ 0,00		R\$ 0,00
	Reduzida	3.000		R\$ 0,00		R\$ 0,00
	Super-reduzida	300		R\$ 0,00		R\$ 0,00
9 - Local fixo-fixo (2)	Diferenciada	14.000		R\$ 0,00		R\$ 0,00
	Normal	25.000		R\$ 0,00		R\$ 0,00
	Reduzida	6.000		R\$ 0,00		R\$ 0,00
	Super-reduzida	700		R\$ 0,00		R\$ 0,00
10 - Local fixo-	Normal	13.000		R\$ 0,00		R\$ 0,00

móvel (VC1)	Reduzida	3.000		R\$ 0,00		R\$ 0,00
Total - lote 01 (somatório anual dos totais de todos os itens deste lote)						R\$

LOTE 2 - UNIDADES DO TRT LOCALIZADAS FORA DA SEDE DO TRIBUNAL (RMR E INTERIOR DO ESTADO)							
ITEM	QUANTIDADE		VALOR EM R\$				TOTAL
1 - Habilitação	160 linhas						R\$ 0,00
2 - Assinatura	1.920						R\$ 0,00
ITEM	TIPO	QUANT. /MÊS	VALOR DO MINUTO	SUB-TOTAL	QUANT. ESTIMADA DE MINUTOS /ANO.	VALOR EM R\$	TOTAL
3 - Local fixo-fixo	Diferenciada	7.000					R\$ 0,00
	Normal	15.000					R\$ 0,00
	Reduzida	3.000					R\$ 0,00
	Super-reduzida	400					R\$ 0,00
4 - Local fixo-móvel (VC1)	Normal	4.000					R\$ 0,00
	Reduzida	1.000					R\$ 0,00
Total - lote 2 (somatório anual dos totais de todos os itens deste lote)						R\$ 0,00	